



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1855024 - AL (2019/0383848-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : JOSEILDO FERREIRA CAVALCANTE
ADVOGADO : THIAGO HENRIQUE SILVA MARQUES LUZ - AL009436
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

JOSEILDO FERREIRA CAVALCANTE interpõe recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas** no Recurso em Sentido Estrito n. 0753972-53.2013.8.02.0001.

Em seu especial, a defesa sustenta violação dos arts. 41, 155 e 418, todos do Código de Processo Penal. Para tanto, assevera ter havido desrespeito ao princípio da correlação, porquanto o recorrente foi pronunciado por delito que não constou do pedido inicial acusatório, pois "a denúncia fez referência genérica a existência de um fato mas não fez a devida capitulação legal dele, e ainda assim, o Juiz singular sobre ele se manifestou e pronunciou o recorrente" (fl. 398).

Ainda, entende não haver indícios mínimos de autoria delitiva contra o insurgente, pois não há testemunhas oculares, não houve prisão em flagrante e nem registro de que os policiais tenham avistado o recorrente. Aduz, por fim, não haver o laudo de exame cadavérico nos autos, de modo que os outros tipos probatórios não são suficientes para atestar a materialidade do crime de homicídio qualificado consumado.

Requer, então, a anulação da decisão de primeiro grau ou a exclusão da pronúncia do crime cometido contra a vítima Anderson Rodrigo Lima Silva.

Admitido o recurso e oferecidas as contrarrazões, o Ministério Público Federal opinou, às fls. 425-430, pelo não provimento do recurso especial.

Decido.

I. Admissibilidade do REsp

O especial é tempestivo, mas preenche apenas parcialmente os demais requisitos de admissibilidade, porquanto a questão da ausência de prova da materialidade do delito de homicídio qualificado consumado ante a falta de laudo cadavérico carece do necessário prequestionamento. Ainda, incide a Súmula n. 7 do STJ quanto ao pedido de impronúncia. Dessa forma o presente recurso comporta apenas parcial conhecimento, como se verá.

II. Princípio da congruência

O Princípio da congruência ou da correlação, no processo penal, refere-se à

necessidade de o magistrado decidir a lide dentro dos limites da denúncia ou da queixa, a fim de garantir ao acusado clareza e coerência acerca dos fatos a ele imputados.

Tal princípio, decorrência clara do respeito ao contraditório e à ampla defesa, proíbe um julgamento fora do que foi pedido na exordial acusatória, ou seja, por fato não contido na acusação.

Na lição de Ada Pellegrini Grinover, Antonio Scarance Fernandes e Antonio Magalhães Gomes Filho:

O princípio da correlação entre acusação e sentença, também chamado da congruência da condenação com a imputação, ou ainda, da correspondência entre o objeto da ação e o objeto da sentença, liga-se ao princípio da inércia da jurisdição e, no processo penal, constitui efetiva garantia do réu, dando-lhe certeza de que não poderá ser condenado sem que tenha tido oportunidade de se defender da acusação. (As nulidades no processo penal. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: RT, 2001. p. 222).

Sobre o tema, destaco o seguinte precedente desta Corte:

2. Nos termos da jurisprudência do STJ, à luz do princípio da correlação ou da congruência, o juiz está adstrito aos limites da acusação, sendo-lhe defeso afastar-se dos fatos descritos na denúncia, podendo, contudo, dar-lhes capitulação jurídica diversa, ainda que implique em penalidade mais severa, nos termos do art. 383 do CPP.

(HC n. 111.190/RJ, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, 6ª T., DJe 19/05/2015)

No âmbito do Tribunal do Júri, após a reforma do Código de Processo Penal, a correlação deve existir tanto entre a denúncia e a pronúncia, que deve ser exarada nos limites da acusação, quanto entre os quesitos formulados aos jurados e a decisão de pronúncia.

Guilherme de Souza Nucci ensina:

é fundamental salientar deverem todos os quesitos, ao menos os que se vinculam à imputação formulada pelo órgão acusatório, na denúncia (ou queixa), ter correspondência com a pronúncia, cuja finalidade primordial é filtrar o âmbito da acusação. Com isso, o réu conhece perfeitamente o alcance e o conteúdo da acusação que lhe é imposta.

[...]

O libelo, como peça articulada, deixa de existir, porém era o elemento fixador da abrangência da acusação.

[...]

A Lei 11.689/2008 extinguiu o libelo e, conseqüentemente, a contrariedade ao libelo. Por isso, conforme já sustentamos no item em que cuidamos da pronúncia, passa esta decisão a ter o ônus de bem delinear os limites da acusação. Portanto, é fundamental que o juiz analise a imputação e a acolha total ou parcialmente, pronunciando o réu em termos claros e precisos, embora com

Na hipótese, o Ministério Público estadual denunciou o acusado como incurso no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal e descreveu o seguinte (fls. 1-2):

No dia 21 de abril de 2013, cerca de 01:00 h., na Travessa Mundaú, Benedito Bentes, nesta cidade, o denunciado, com *animus necandi*, juntamente com outra pessoa não identificada, mataram a tiros a ANDREW PATRICK BARBOSA e feriram a ANDERSON RODRIGO LIMA SILVA.

Deduz-se do presente inquérito policial, que as vítimas seguiam em uma motocicleta, quando foram surpreendidas pelo denunciado disparando tiros contra elas.

Deduz-se que, Andrew Patrick foi atingido e morto e Anderson Rodrigo conseguiu fugir, restando ferido nas nádegas.

A motivação do crime, se deu pelo fato do denunciado, que tratava-se de sargento da polícia militar, achar que as vítimas subtraíram a motocicleta do seu filho.

Assim agindo, o denunciado, consciente e voluntariamente, com *animus necandi*, praticou o delito de homicídio qualificado.

Destarte, dúvidas não pairam quanto à materialidade, e autoria do fato delituoso, embasada nos depoimentos testemunhais, fotos, perícias, assim como pelos demais elementos informativos constantes nos autos e ao final pelo laudo de exame cadavérico.

Ante o exposto, requer o representante do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL a instauração da competente AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA contra JOSÉ JOSEILDO FERREIRA, como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal Brasileiro.

Depois de analisar os elementos constantes dos autos, o Magistrado de primeiro grau entendeu presentes provas da materialidade e indícios suficientes de autoria, motivo pelo qual pronunciou o réu como incurso no art. 121, § 2º, I e IV e art. 121, § 2º, I e IV, c/c o art. 14, ambos do Código Penal.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante a Corte estadual, que assim analisou a questão (fls. 378-379, grifei):

Quanto à primeira tese aduzida pela Defesa, tenho que não há como ser acolhida. Ao contrário do que supõe o causídico, o fato de a acusação, na inicial acusatória, ter aduzido que Andrew Patrick foi atingido e morto e Anderson Rodrigo conseguiu fugir, restando ferido nas nádegas, não significou dizer que o Ministério Público estava deixando de imputar ao agente a prática da tentativa de homicídio em relação à segunda vítima, tampouco que entendia ser o caso de lesão corporal. Digo assim, em primeiro lugar, porque em nenhum momento a acusação fez menção expressa ao crime de lesão corporal. Além disso, **a exordial acusatória, apesar de não ser um exemplo de primor técnico, não deixou de fazer menção expressa ao fato de que o ora recorrente causou ferimentos às nádegas da vítima Anderson Rodrigo, tendo, ainda, ao final da peça vestibular, pugnado**

pela imposições das sanções do tipo penal do homicídio qualificado, e não pela aplicação de apenas uma pena à pessoa do acusado. Desta forma, considerando que **qualquer petição das partes deve ser compreendida como um todo, e não apenas com trechos isolados, tenho que da exordial acusatória, é possível aferir que a acusação pretendia narrar e pugnar pela condenação de dois delitos**. Tanto é assim que, ao apresentar contrarrazões ao recurso interposto pela Defesa, a acusação esclareceu que narrou a prática de dois crimes, tendo desejado, desde o início do processo, a condenação do ora recorrente por duas infrações penais, quais sejam homicídio consumado e homicídio tentado. Veja-se:

[...] Desta forma, insurgiu a defesa contra a decisão de pronúncia de fls. 312/323 que denunciou o recorrente pela prática do crime de homicídio tentado contra a pessoa de Anderson Rodrigo Lima Silva, alegando que o Ministério Público não ofereceu denúncia por este fato delituoso. Tal argumento não deve prosperar, tendo em vista que a peça vestibular trouxe em seu bojo o fato delituoso do crime de homicídio tentado acima narrado. [...] Da narrativa dos fatos da denúncia, percebe-se que a intenção do denunciado era de matar as duas vítimas, sendo que, por circunstâncias alheias a sua vontade não conseguiu alcançar seu objetivo final com relação a Anderson Rodrigo, o qual escapou com vida do fato, contudo, restando ferido, caracterizando o homicídio na modalidade tentada. [...] Logo, a defesa ao dizer que a denúncia não incriminou o réu na prática de homicídio tentado em face de Anderson Rodrigo, equivoca-se, pois, conforme demonstrado acima, o recorrente também tentou, com *animus necandi*, contra a vida da segunda vítima; fato este devidamente narrado na peça vestibular. Nesta esteira, não merece prosperar o argumento da defesa neste aspecto, visto que a denúncia preencheu requisitos para incriminar também o réu na conduta de homicídio tentado já descrita, razão pela qual não subsiste a tese de julgamento *extrapetita*, tampouco fere o princípio da congruência.[..] (Trecho das contrarrazões apresentadas pelo Ministério Público Estadual, grifo nosso, fls. 337-341)

Ademais, a título de reforço interpretativo, **ainda que a acusação tivesse compreendido que parcela dos fatos efetivamente narrados na inicial se adequavam ao tipo penal da lesão corporal, e não como homicídio tentado, mesmo assim, o Magistrado poderia dar definição jurídica diversa aos fatos descritos na peça vestibular, haja vista que o art. 418 do Código de Processo Penal lhe confere tal prerrogativa**. Por tudo isso, rejeito o pedido formulado pela Defesa para reconhecer a decisão ora vergastada como *extra petita*.

Na hipótese, não verifico nenhum malferimento ao princípio da congruência. Como explicitado pelo Tribunal de origem: **"a exordial acusatória,**

apesar de não ser um exemplo de primor técnico, **não deixou de fazer menção expressa ao fato de que o ora recorrente causou ferimentos às nádegas da vítima Anderson Rodrigo, tendo, ainda, ao final da peça vestibular, pugnado pela imposições das sanções do tipo penal do homicídio qualificado**" (fl. 378, destaquei).

Com efeito, lê-se na imputação: "[...] as vítimas seguiam em uma motocicleta quando foram surpreendidas pelo denunciado disparando tiros contra elas. [...] Anderson Rodrigo conseguiu fugir, restando ferido nas nádegas" (fl. 1).

Ademais, como sabido, "É assente na jurisprudência do STJ que o réu não se defende da capitulação da denúncia, mas do fato descrito na exordial acusatória" (**REsp n. 1.580.485/MG**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 2/5/2016).

Assim, não há como reconhecer a violação apontada, pois a pronúncia do insurgente por tentativa de homicídio qualificado **não atenta contra o princípio da correlação**, visto que a denúncia descreveu haver o réu, juntamente com outra pessoa não identificada, disparado contra as vítimas, com *animus necandi*, de modo que os agentes "mataram a tiros Andrew Patrick Barbosa e feriram a Anderson Rodrigo Lima Silva" (fl. 1).

Ainda, como bem lembrado pela Corte estadual, uma vez que o fato está descrito na denúncia, não há óbice a que o juiz dê a ele definição jurídica diversa da constante da acusação, ainda que fique o acusado sujeito a pena mais grave, como prescrito no art. 418 do CPP. Embora o insurgente entenda que o Juízo singular deveria "oportunizar à defesa que se manifestasse sobre a possibilidade (ou não) de uma modificação na qualificação jurídica" (fl. 398), como explicitado pelo próprio causídico, não há exigência legal nesse sentido e essa também não é a compreensão jurisprudencial sobre o assunto. Ilustrativamente:

[...]

2. As instâncias ordinárias fixaram o entendimento no sentido de que houve apenas uma omissão da denúncia quanto ao tipo penal narrado da peça acusatória. Assim, modificar a conclusão do Tribunal de origem acerca da configuração da *emendatio libelli*, ensejaria inevitável reexame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada no âmbito desta Corte Superior.

3. O princípio da correlação entre a denúncia e a sentença condenatória representa um dos mais importantes postulados para a defesa, porquanto estabelece balizas fixas para a produção da prova, para a condução do processo e para a prolação do édito condenatório.

4. É princípio mezinho do direito penal e processual penal que o réu se defende dos fatos narrados na inicial, e não da capitulação jurídica a eles atribuída pela acusação.

5. Contrariamente ao alegado pelo agravante, e já estatuído nas instâncias ordinárias, a questão atrai a normatividade do artigo 383 (*emendatio libelli*) e não do artigo 384 (*mutatio libelli*) do Código de Processo Penal, razão pela qual mostra-se despicienda a abertura de prazo para a manifestação da defesa, tendo em conta que o réu se defende dos fatos narrados na incoativa, e não da capitulação jurídica ofertada pelo *Parquet*. [...] (**AgRg no HC n. 289.078/PB**, Rel. Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**, 6ª T., DJe 15/2/2017)

III. Impronúncia

A Constituição Federal conferiu ao Tribunal do Júri a competência para julgar crimes dolosos contra a vida e lhe assegurou a soberania dos veredictos.

Dessa forma, a decisão interlocutória de pronúncia é mero juízo de admissibilidade da acusação. Não é exigida, neste momento processual, prova incontroversa da autoria do delito: basta a existência de indícios suficientes de que o réu seja seu autor e a certeza quanto à materialidade do crime.

Portanto, questões referentes à certeza da autoria e da materialidade do delito deverão ser analisadas pelo Tribunal do Júri, órgão constitucionalmente competente para a análise do mérito de crimes dolosos contra a vida. Vale dizer, caberá ao Conselho de Sentença, juiz natural da causa, decidir, com base nos elementos fático-probatórios amealhados aos autos, se a ação delineada pela acusação foi praticada pelo réu, sob pena de invadir a competência constitucional do Tribunal do Júri.

Sob essas premissas, somente é cabível a absolvição sumária, na firme compreensão da jurisprudência e doutrina pátrias, quando houver prova unívoca da excludente. De igual forma, para a impronúncia, necessário que o Magistrado não se convença da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.

Importante, ainda, destacar: "Em processo por crime doloso contra a vida, caso existam incertezas a respeito da dinâmica dos fatos, não é facultado ao juízo singular dirimi-las, visto que a competência para tanto é do juiz natural da causa, valer dizer, o Tribunal do Júri" (**AgRg no AREsp n. 644.192/SP**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 16/2/2016, grifei).

Em relação às alegações defensivas de não haver prova da materialidade do delito de homicídio qualificado consumado nem indícios de autoria de ambos os crimes, assim se manifestou a Corte estadual (fls. 379-387, grifei):

Adiante, passo a deter-me sobre a tese de que não teria sido demonstrada tanto a materialidade delitiva, quanto a autoria do crime em relação os delitos imputados ao réu.

[...]

Pois bem. Ao apreciar o caso dos autos sob a ótica da reflexão preambular, considero que, na situação em testilha, resta comprovada a materialidade delitiva, bem como se encontram demonstrados indícios suficientes de autoria, no sentido de que o ora recorrente, a princípio, concorreu para a morte da vítima Andrew Patrick Barbosa e para os ferimentos de Anderson Rodrigo Lima Silva. Quanto à **materialidade delitiva, tenho que esta se mostra inconteste, haja vista a certidão de óbito de fls. 22, na qual se atesta que a causa da morte da vítima Andrew Patrick adviria de uma hemorragia aguda decorrente do uso de um instrumento perfuro contundente. Além disso, relatório de Investigação (HGE), fls. 07-08, bem como testemunhas e perícias atestam os ferimentos causados à vítima Anderson Lima. No que diz respeito à autoria do crime, observo, tal como**

fez o Magistrado *a quo*, que existem várias testemunhas que reiteram fatos idênticos, os quais coadunam com a tese de que o ora recorrente teria sido o responsável pelos delitos em apreço. Isso porque as pessoas ouvidas em juízo fazem menção a diversos detalhes, os quais, interpretados em conjunto, formam indícios, que, a princípio, são capazes de amparar a versão apresentada na exordial acusatória. A denúncia aduz que o ora recorrente teria concorrido para a morte da vítima Andrew Patrick Barbosa, vulgo "Pingo", porque este, anteriormente, teria roubado a motocicleta de seu filho. Tal fato (o motivo do crime) foi mencionado pelas testemunhas Amanda Sand da Silva Lopes, Maria do Amparo Pereira Mendes Barros e Karian Carlos dos Santos Silva e pelo declarante Luiz Alexandre Barbosa de Lima. Pontua-se, ainda, que a vítima Anderson Rodrigo estava acompanhado de "Pingo", daí porque este teria sido alvejado pelo agente criminoso. **Tal circunstância é narrada pela própria vítima, pelo declarante ouvido em juízo e pelas testemunhas que socorreram Anderson no local do crime.** Além disso, outros detalhes importantes para o deslinde do caso em apreço se acham presentes nos **relatos daqueles que foram ouvidos perante a Autoridade Judiciária**, tais como: o carro supostamente utilizado pelo ora recorrente para a prática do delito, bem como o fato de, após ter ceifado a vida de "Pingo", ter o recorrente, supostamente, procurado matar os amigos da vítima, porquanto estes poderiam lhe incriminar pelo assassinato anteriormente cometido. Esta última informação, por exemplo, é vista no **depoimento prestado por Kairan Carlos dos Santos Silva e, especialmente, nas declarações feitas por José Amauri Acioli Bias e José Wilson Santana Lopes, os quais afirmam expressamente que seus respectivos filhos, por serem amigos da vítima "Pingo", tiveram que mudar de Estado com medo de serem mortos pelo ora recorrente. Com base nessas provas testemunhais colhidas em juízo, o Magistrado pronunciou o ora recorrente**, razão pela qual tenho como irretocável o itinerário cognitivo trilhado pelo Juiz para sustentar a decisão de pronúncia do acusado.

[...]

De mais a mais, ao colocar em cotejo as provas colhidos em juízo com a negativa genérica do acusado, tenho que, ao menos nessa primeira etapa, a versão constante na exordial é razoavelmente plausível, fato que justifica remeter o acusado para o Júri Popular, o qual, por ser o órgão competente para formar o juízo definitivo de culpa do réu, decidirá a respeito do mesmo.

[...]

Nesse encadeamento de ideias, observo que foi demonstrada a materialidade do crime, bem como foram apontados indícios suficientes de autoria em relação ao ora recorrente, cabendo ao Conselho de Sentença decidir sobre a condenação ou absolvição do agente.

Inicialmente, cabe mencionar que **o Tribunal *a quo*, embora haja mencionado a tese defensiva de ausência de prova da materialidade ante a falta de juntada aos autos do laudo cadavérico, não discutiu o assunto**, mas limitou-

se a consignar estar a materialidade comprovada pela existência de outros documentos nos autos, a saber, a certidão de óbito. Percebe-se, ainda, que a defesa não opôs embargos declaratórios com o objetivo de discutir a questão. Dessa forma, quanto a esse ponto, **o recurso carece do necessário prequestionamento** e, portanto, **não pode ser conhecido**.

De qualquer sorte, a jurisprudência do STJ tem proclamado que "Em sede de sentença de pronúncia, a demonstração da materialidade delitiva se compraz com provas outras que não o exame de corpo de delito, como no caso, em que fundada em certidão de óbito da vítima devidamente acostada aos autos" (**RHC n. 62.955/PA**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, 6ª T., DJe 15/8/2017).

No presente caso, o Tribunal de origem asseriu, como já dito, estar a materialidade do delito de homicídio qualificado consumado comprovada pela presença da certidão de óbito no processo. Quanto ao homicídio qualificado tentado, o acórdão registrou a existência de relatório de investigação, de testemunhos e de perícias a atestarem os ferimentos causados à vítima.

No tocante aos indícios de autoria, a Corte estadual assinalou existirem "várias testemunhas que reiteram fatos idênticos, os quais coadunam com a tese de que o ora recorrente teria sido o responsável pelos delitos em apreço" (fl. 381).

Concluiu (fl. 386):

De mais a mais, ao colocar em cotejo as provas colhidas em juízo com a negativa genérica do acusado, tenho que, ao menos nessa primeira etapa, a versão constante na exordial é razoavelmente plausível, fato que justifica remeter o acusado para o Júri Popular, o qual, por ser o órgão competente para formar o juízo definitivo de culpa do réu, decidirá a respeito do mesmo.

Dessa forma, uma vez que **as instâncias ordinárias demonstraram haver elementos dos autos a justificar a pronúncia do réu pelos crimes de homicídio qualificado consumado e de homicídio qualificado tentado, concluir pela sua impronúncia demandaria o reexame fático-probatório do processo**, providência obstada pela Súmula n. 7 do STJ. Confira-se:

[...]

5 Concluir pela absolvição sumária do réu ou pela sua impronúncia demanda o reexame fático-probatório do processo, nas hipóteses em que as instâncias ordinárias apontam elementos dos autos a demonstrar haver provas da materialidade e indícios mínimos de autoria e nas que concluem haver incerteza quanto à incidência das excludentes de ilicitude. [...] (**REsp n. 1.458.961/SP**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 22/11/2019)

[...]

4. As instâncias ordinárias, ao sopesarem o delineamento fático e probatório, até então carregado aos autos na prelibatória fase do *judicium accusationis*, concluíram pela suficiência de elementos constitutivos do tipo penal capitulado no art. 121, § 2.º, inciso IV, c.c. art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, imputado aos Pronunciados, e sem certeza quanto à incidência da ventilada

causa justificante da legítima defesa, contexto apto à definição da competência e ao julgamento do feito pela instituição do Júri.

5. A desconstituição do julgado, no intuito de se excluir a ilicitude das condutas denunciadas e abrigar-se a despronúncia dos Imputados ou, ainda, o decote da qualificadora relacionada ao recurso que tornou impossível a defesa da vítima, não encontra guarida na via eleita, visto que, além de afrontar os postulados da competência popular e da soberania dos veredictos, seria necessário o revolvimento do contexto fático-probatório, providência incabível, conforme inteligência do enunciado n.º 7 da Súmula desta Corte. [...] (AgRg no AREsp n. 1.285.983/TO, Rel. Ministra **Laurita Vaz**, 6ª T., DJe 1º/8/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. LEGÍTIMA DEFESA. REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Para alterar o entendimento consignado no acórdão recorrido acerca da pronúncia do agravante, bem como sobre a tese da legítima defesa, no caso, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado nesta instância extraordinária, conforme o disposto na Súmula 7/STJ. [...] (AgRg no AREsp n. 1.074.678/PE, Rel. Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**, 6ª T., DJe 28/8/2017)

IV. Dispositivo

À vista do exposto, **conheço parcialmente do recurso especial e, na parte conhecida, nego-lhe provimento.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ

Relator